

O CONSUMISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL NUMA ABORDAGEM DA COMPLEXIDADE E DA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA.

Kassiane Nascimento da Silva
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
kassiane2000@yahoo.com.br

Elizabeth da Conceição Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
draelizabethsantos@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: GEOGRAFIA FÍSICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.

Resumo

Este artigo discute o consumismo como questão ambiental de fundamental importância para o entendimento da relação homem-natureza, contextualizando – o com a geografia e a complexidade ambiental, apresentando esta problematização como proposta de paradigma a ser rompido e superado, mediante as imposições da Ciência Moderna. Reflete como o capitalismo influencia no consumismo e como os seres humanos são influenciáveis pelas mídias e propagandas de vendas de produtos, convergindo para a compra sem a real necessidade, gerando resíduos que ocupam cada vez mais espaços na superfície terrestre, isso sem contar com a escassez e os limites dos recursos naturais na produção dessas mercadorias.

Palavras chave: Consumismo, Complexidade Ambiental, Geografia.

Abstract

This article discusses consumerism and environmental issue of fundamental importance for understanding the relationship between man and nature, contextualizing - with the geography and environmental complexity, presenting this problematic paradigm as proposed to be broken and overcome by the impositions of Modern Science. It reflects how capitalism and consumerism influences how humans are influenced by media and advertising sales of products, converging to the purchase without the actual need, generating waste that increasingly occupy space on Earth's surface, not to mention the shortage and the limits of natural resources in the production of such goods.

Keywords: Consumes – Ambientes - Geography.

Introdução

Muitos de nós quando falamos em problemas ambientais logo nos recordamos do lixo como promotor da poluição do solo, da poluição do ar, poluição da água, rios e igarapés. E que pouco nos questionamos seria como é que a sociedade chega ao nível de tal degradação ambiental.

Este estudo objetivou refletir sobre um dos grandes causadores de problemas ambientais, apontando o consumismo como responsável pelo esgotamento dos recursos naturais, pelo impulso a produção de bens, consolidando o modelo de desenvolvimento econômico predatório e insaciável.

O consumismo é sutil, quase despercebido, poucas pessoas se dizem consumistas, ainda mais nesse mundo moderno que dita regras de vestir, de comer, de morar, enfim, de viver, sendo muitas dessas regras consideradas extremamente fúteis e passageiras.

O consumismo é importante destacar porque se não houvesse pessoas para comprar os produtos, não teria quem os fabricassem e nem os que o anunciassem, por isso todos nós temos parcela de culpa numa problemática ambiental que só tem crescido nos últimos anos. A indústria de embalagens, por exemplo, nos últimos dez anos bateu recorde mundial na fabricação, em função da valorização que se sobrepõe à necessidade de proteção dos produtos.

Em Manaus uma das conseqüências piores do consumismo é a destinação dos produtos considerados obsoletos. Muitos ainda têm uma velha mentalidade de que o rio ou igarapé leva tudo, o que não é verdade. Outros preferem jogar eletrodomésticos em áreas verdes. O que não polui de forma visível a área urbana vai para os lixões ou aterros sanitários que cada dia que passa só aumenta a área que ocupam.

Antes de uma discussão sobre o consumismo é importante ressaltar a complexidade de se tratar de temas ambientais, pois apesar de se ter crescido no Brasil as discussões a esse respeito ainda há muito trabalho pela frente se queremos ver um meio ambiente mais conservado.

Um ponto em comum de destaque neste artigo é a relação da Geografia com as questões ambientais e, conseqüentemente, com o consumismo. A Geografia é uma ciência que abrange temáticas amplas, mas, é possível identificar com clareza sua estreita relação com as questões ambientais.

Objetivo

Este estudo objetivou refletir sobre um dos grandes causadores de problemas ambientais, apontando o consumismo como responsável pelo esgotamento dos recursos naturais, pelo impulso a produção de bens, consolidando o modelo de desenvolvimento econômico predatório e insaciável.

Material e Método

Em se caracterizando como uma pesquisa bibliográfica, de caráter propositivo, o referencial teórico, centrado nos eixos - Geografia, Educação Ambiental e o Paradigma da Complexidade - passa a constituir-se no arcabouço teórico de reflexão e sustentação para as ações a serem desencadeadas, visando discutir o consumismo numa abordagem sistêmica, no sentido de atender aos propósitos dos marcos referenciais nacionais e internacionais da Educação Ambiental.

1. A Complexidade Ambiental

A complexidade é uma das muitas denominações para o movimento de busca da superação do paradigma da Ciência Moderna e da Modernidade. Segundo Edgar Morin (2003) “para pensar na complexidade nós temos que unir o que separamos”, daí a importância em se romper com o paradigma positivista e sua visão compartimentalizada do mundo, pois pela educação formal o conhecimento deveria ser visto de forma linear, processual e separado em cada campo. A complexidade consiste em perceber que nada está separado, tudo está ligado na natureza física, humana e social.

A complexidade é a desconstrução de certezas insustentáveis e a aventura na construção de novos paradigmas a serem construídos, conhecidos e sustentados na busca de uma transformação tanto na concepção quanto na atuação ambiental que preserve o meio ambiente para as gerações futuras.

Segundo Morin (2003) “O problema da complexidade é o da incompletude do conhecimento, (...) a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional”. Ele afirma sobre a importância de uma reforma do pensamento que gere um pensamento de contexto e do complexo e, juntamente com Kern (1995), afirma, ao tratar sobre ambos que:

Reforma de Pensamento do Contexto: pensar em termos planetários a política, a economia, a demografia, a ecologia, procurando sempre a relação de inseparabilidade e de inter- retroação entre todo o fenômeno e o seu contexto e de contexto com o contexto planetário. Reforma de Pensamento Complexo: reunir o que está separado e compartimentado, respeitando o diverso sem deixar de reconhecer o uno, procurando discernir as interdependências. (MORIN, e KERN, 1995.)

É desafiador quando se pensa na revolução causada pela complexidade ambiental, principalmente quando nos deparamos com os escritos de Enrique Leff que nos diz em sua obra “A Complexidade Ambiental” que “Aprender a complexidade ambiental implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento” (LEFF, 2003, p.16). Destaca Leff sobre a problemática ambiental e a preocupação que ela nos traz: “A crise ambiental é a crise do nosso tempo, (...) Mas há também crise do pensamento ocidental (...), por isso, a crise ambiental é, sobretudo um problema de conhecimento” (LEFF, 2001, p.16)

Vivemos uma crise paradigmática, onde encontramos dificuldades para um novo paradigma científico nas abordagens ambientais na Geografia, mesmo assim, é entendido que ao tratar do ambiente, como tema comum, pode auxiliar a compreender a complexidade tendo como objetivo a conservação do ambiente.

Segundo Rodrigues (2009, p.177), “As abordagens ambientais apontam tentativas de encontrar solução para problemas. Mas sem explicitação das causas não é possível pensar em soluções ou em aplicabilidade para corrigir desvios”. Ela nos diz ainda que há poucos estudos que demonstram quem se apropria das riquezas naturais, como se utilizam as riquezas, como as riquezas se transformam em mercadorias e qual a importância do meio técnico científico e informacional e quem o domina.

Na realidade, grande parte dos estudos fixa-se nos resultados e não nas causas dos problemas ambientais, tendo-se também estudos que consideram que são os pobres que conduzem à degradação ambiental. O que observamos é que a ausência de informação a respeito das questões ambientais leva as camadas populares a causarem danos ao meio ambiente, conforme pesquisa realizada no país por Samyra Crespo e Eduardo Novais. É visível que há um abismo entre o maior nível de informação sobre meio ambiente e a mudança efetiva de comportamento no consumo. Essa pesquisa vem sendo realizada, a cada quatro anos, no país com a participação do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto de Estudos da Religião, recebe o nome “O que o brasileiro pensa do meio ambiente”; pesquisa survey, quantitativa, representativa da população adulta brasileira (16 anos ou mais), residente em áreas urbanas e rurais. Para 59% dos entrevistados, a preservação dos recursos naturais deve estar acima das questões econômicas. A maioria acredita que os problemas ambientais só podem ser resolvidos com grandes mudanças no hábito de consumo, como no transporte e alimentação.

A pesquisa mostrou que bens intangíveis, mais que dinheiro, é o principal motivo de felicidade para a população Brasileira. "Isso demonstra que nossa sociedade ainda não é tão consumista e que, por conta disso, há espaço para políticas voltadas ao consumo responsável", destaca Crespo com uma ressalva: "diante do crescimento econômico do país, a estratégia não é reduzir o consumo, mas melhorar sua qualidade."

Segundo Oliveira (2009, p.256) “é preciso também alertar para os modernos processos de comunicação, onde os mesmos estão voltados para a cultura popular. Essa prática é comum nas camadas populares mais favorecidas onde as propagandas acabam gerando necessidades que não são prioridades”. A indústria e o comércio não vão parar de lançar produtos novos que enchem aos olhos dos consumidores, então é necessário manter autocontrole para não acabar comprando além do que realmente se precisa e assim conservar o meio ambiente.

2. Sociedade do Consumo, a Geografia e a Questão Ambiental

O Consumismo é o ato de comprar ou consumir produtos e/ou serviços sem necessidade e consciência e sem a noção de que podem ser nocivos ou prejudiciais para a nossa saúde ou para o ambiente, além de não refletir sobre a sua durabilidade e as conseqüências do seu descarte.

Por ser uma compra indiscriminada, os consumistas se deixam influenciar pelo marketing das empresas, bem como com a cultura industrial, por meio da TV e do cinema que exercem influência nas pessoas. Muitas pessoas são induzidas pelo consumismo desnecessário que acaba por ser uma característica do capitalismo e da sociedade moderna, também chamada de sociedade do consumo.

A era moderna, fascinada pela produtividade com base na força humana, assiste ao aumento considerável do consumo, já que todas as coisas se tornaram objetos a serem consumidos. Como membros de uma sociedade de consumidores, na atual fase do capitalismo, vivemos num mundo em que a economia se caracteriza pelo desperdício, onde todas as coisas devem ser usadas e abandonadas tão rapidamente como surgem, e em que as coisas surgem e desaparecem “sem jamais durarem tempo suficiente para conter em seu meio o processo vital” (ARENDRT, 1997, p. 147).

Nas cidades, implantam-se parques urbanos para atingir o índice de verde definido pela ONU, que elevaria o bem estar, independente do que ocasionam na valorização e especulação imobiliária. Implanta-se a coleta seletiva de resíduos sólidos para incrementar a indústria de reciclagem, que tem como pressuposto a economia de riquezas naturais a menores custos. Incentiva-se a separação domiciliar e a coleta dos resíduos sólidos. Não se alteram, porém, os preços dos produtos e embalagens que demonstrem que a reciclagem promova o bem comum.” (RODRIGUES, 2009, p.171).

Um fato que não se pode ignorar é que, tanto as embalagens, sejam elas, de plástico, de vidro, de madeira, de papel, tecido, quanto os produtos de bens duráveis, são recursos que vêm da natureza, pois um grande consumo pode acarretar num esgotamento. A natureza é fonte de recursos renováveis e não renováveis, recursos biodegradáveis e não degradáveis, e na proporção de utilização e não reposição, o grau de consumo dos recursos naturais, num certo espaço de tempo, provocará num esgotamento impossível de permitir a recomposição da natureza. Aliás, hoje, é o que vem se fazendo, ao invés de se combater o consumo, pesquisas são desenvolvidas para acelerar o desenvolvimento dos seres vivos na ânsia de conter ou impedir a extinção das espécies.

A compreensão das relações sociedade/natureza e da questão ambiental passa também pelo conhecimento do processo de produção do espaço, já que a devastação do planeta leva o homem a pensar na produção do espaço pela técnica. Conforme Santos a técnica se constitui como um mecanismo ou instrumento de transformação da natureza pelo homem. Nesse sentido Santos (1994, p.28), “qualifica a natureza denominado- a de natureza artificial, ou tecnificada, ou ainda, natureza instrumental. Isto porque a técnica no seu estágio atual permite a intervenção, não só nas formas, como nos processos naturais”.

Nas abordagens de Marx, Bernardes e Ferreira nos relatam que “as relações sociedade/natureza são enfocadas em termos das formas como determinada sociedade se organiza para o acesso e uso dos recursos naturais.” (BERNARDES e FERREIRA, 1988). A apropriação da natureza pelo indivíduo está sempre inserida numa determinada forma social. Marx viu o pecado original do capitalismo na mudança de valor de uso para valor de troca. Assim, sob o signo capitalista, o crescimento econômico, na forma de acumulação de capital, tornou-se uma necessidade social absoluta, e a ampliação da dominação da natureza tornou-se igualmente necessária (SMITH, 1988).

A partir de um processo de acumulação, o capitalismo se expande e sobrevive enquanto modo de produção, nisto vemos que ocorre a apropriação da natureza e sua transformação em meios de produção numa escala mundial. Essa relação com a natureza, numa via marxista se torna uma relação de valor de troca, pois a partir da etiqueta de um preço que se coloca numa determinada mercadoria, essa mercadoria que vem da natureza assume um destino determinado, devido à relação da natureza que adquire valor de troca. Ao se destacar que esses produtos que vêm da natureza, são na verdade objetos espaciais, observa-se que estes refletem conteúdos das relações sociais, e o valor do espaço expressa-se na qualidade, quantidade e variedade de recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço terrestre.

Os produtos servidos em banquete aos consumidores são extraídos desse espaço terrestre, portanto, conforme Morais e Costa (1984), os recursos disponíveis e os recursos construídos por meio do trabalho do valor do espaço que o engloba, que é mediado e potencializado pela técnica, não seria produzido sem o espaço. Portanto, o espaço no capitalismo é condição e meio de produção, implicando na sua privatização e a de seu conteúdo.

A abordagem da temática ambiental possui características multi e interdisciplinar, e para ser levada com profundidade e na dimensão da interação sociedade/natureza, rompe assim, com um dos clássicos postulados da Ciência Moderna, qual seja aquele que estabelece a escolha de apenas um método para a elaboração do conhecimento científico. Segundo Mendonça (2004, p. 78), “tal abordagem demanda tanto a aplicação de métodos já experimentados no campo de várias ciências particulares, quanto na formulação de novos”.

Conforme nos é dito por Suertegaray (2004, p.112) “o termo ambiental indica a compreensão do ser na relação com o seu entorno, que pode ser entendido individual ou coletivamente”. A partir dessa forma de compreensão promovem-se leituras diferenciadas da questão ambiental, expressada nas diferentes concepções do mundo. Um ponto de vista a ser estabelecido pela questão ambiental seria na promoção de um campo de estudo que ultrapassa os caminhos somente da Geografia Física ou Humana, esta temática ambiental acaba por exigir um repensar transdisciplinar e interdisciplinar.

A questão ambiental é eminentemente interdisciplinar, nisto se demonstra a razão para que a Geografia não se divida em ciências físicas e humanas e sim venha a se unir para um propósito maior que

é o estudo de problemáticas ambientais, das quais se necessitam de aparatos de interesse de todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, a abordagem geográfica do ambiente transcende à desgastada dicotomia Geografia Física versus Geografia Humana, pois concebe a unidade do conhecimento geográfico como resultante da interação entre os diferentes elementos e fatores que compõem seu objeto de estudo.

Enfim, “num mundo que se unifica pela produção e reprodução da natureza tornada mercadoria, discutir a natureza e a questão ambiental resgata a unidade da geografia”, (SUERTEGARAY, 2004, p.114).

3. Uma proposição da Educação Ambiental para o combate ao Consumismo

Não é de hoje que a Educação Ambiental tenta alertar e responder aos problemas gerados pelo homem ao meio ambiente. Mas como trabalhar numa das raízes do problema, como, por exemplo, o consumismo? como questionar o avanço do capitalismo e de toda sua conjuntura em que produzir, gerar lucro, se o comprar é uma consequência natural e lógica do mercado?

É mais fácil replantar uma árvore num local que se destruiu do que deixar de comprar o celular mais moderno recém-lançado, por isso é tão difícil quando tentamos achar uma solução para o consumismo, o que nos resta são políticas educacionais que muitas vezes não são implantadas e, propagandas para tentar frear a compra compulsiva sem conduzir a um processo de reflexão necessário para avaliar as consequências do ato de comprar. Quem não tem dinheiro para comprar tantos supérfluos parece que não tem problema, sobrando-lhe a frustração por estar fora do “grupo” dos possuidores de novas tecnologias e alguns até mesmo roubando para possuir os objetos desejados logo, a medida do **ter** se sobrepõe a medida do **ser**, conforme destaca Leff (2003)

A Educação Ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999. A Lei N° 9.795 que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Art. 2°, afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal." Conforme ainda nos diz pelo Art. 1o da Lei n.º 9.795 de abril de 1999 afirma que:

Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs - sugerem que o tema meio ambiente seja de cunho transversal. Deve-se trabalhar no ensino formal a temática ambiental de forma interdisciplinar, tendo a

transversalidade como meio, conforme as orientações preconizadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. Várias alternativas podem ser exploradas, como, por exemplo, CRUZ (2008, p.7) destaca: “No âmbito regional temos um universo a ser explorado, sendo possível explorar o imaginário do aluno no ensino das artes, através da poesia, desenhos, toadas, pinturas, danças entre outras”.

Atualmente, a política pública de Educação Ambiental do Estado do Amazonas, já é uma realidade, foi instituída através da Lei nº. 3.222 de 02 de janeiro de 2.008. Esta lei assegura a competência da sua implementação, em seu artigo 6º, competindo:

I – ao Poder Público garantir as políticas de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, engajando a sociedade na preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

Sempre que se busca tratar das questões ambientais percebeu-se o desafio do seu debate principalmente em sala de aula, daí a importância da interdisciplinaridade e da transversalidade em abordar esta temática. Essa abordagem é necessária para tratar do tema Consumismo no ambiente escolar, pois os professores poderão articular as informações a respeito da problemática ambiental e discutir melhor com os alunos o próprio conteúdo estabelecido como obrigatório a ser abordado, colocando-o à serviço do tema. Este também é um elemento importante a ser entendido pelos professores que convencionalmente abandonam o conteúdo programático para trabalhar o tema transversal, justificativa que muitos utilizam para não trabalhar a transversalidade.

Uma das alternativas para a inclusão da temática ambiental no meio escolar conforme o site do Tetra Park é "a aprendizagem em forma de projetos". Segundo Capra (2003), essa é uma proposta alinhada com o novo entendimento do processo de aprendizagem que sugere a necessidade de estratégias de ensino mais adequadas e torna evidente a importância de um currículo integrado que valorize o conhecimento contextual, no qual as várias disciplinas sejam vistas como recursos à serviço de um objeto central. Esse objeto central também pode ser entendido como um tema transversal que permeia as outras disciplinas já constituídas e consegue trazer para a realidade escolar o estudo de problemas do dia a dia. No entanto, não se pode deixar de ressaltar que a alternativa de trabalhar a transversalidade por projetos, fortalece de certa forma, a dissociação do conteúdo programático da realidade do aluno, conseqüentemente transferindo para outra esfera a efetivação do ensino interdisciplinar, como se ele fizesse parte de uma nova área de conhecimento. Os PCNs destacam que os Temas Transversais não devem ser entendidos como uma nova área de conhecimento, mas necessita da integração das áreas concebidas como convencionais no currículo escolar.

O professor deste milênio deve estar apto a entender a complexidade da realidade e trabalhá-la com os seus alunos de forma simples e compreensível capaz de despertar neles a criatividade na busca de alternativas ao se tratar das problemáticas ambientais; é preciso que haja interação entre todas as áreas ao se tratar deste tema, pois a questão ambiental é eminentemente interdisciplinar.

O sistema de ensino impõe barreiras para trabalhar o tema ambiental; por mais que se possua a temática ambiental nos Temas Transversais é possível vermos que nem todo professor está preparado para tratar este tema, pois não discutiu, nem vivenciou a prática da transversalidade na sua formação, considerando a compartimentalização da universidade e o isolamento dos cursos de formação de professores. Essa discussão paradigmática, no âmbito das universidades, ainda está restrita aos programas de pós-graduação. A expectativa é de que os cursos de formação de professores incorporem a necessidade dessa formação e dessa vivência o que se pode conseguir alcançar através da inserção da obrigatoriedade da Educação Ambiental nesses currículos, e que ela possa ser desenvolvida com a consolidação de turmas multidisciplinares, ou seja, na formação de turmas que se tenha como convergência alunos de todas as licenciaturas para permitir a prática da transversalidade em seus estágios supervisionados.

Dessa forma a Educação Ambiental entendida no contexto do novo Paradigma Ambientalista, deixa de ser um processo de simples mudanças éticas, conceituais ou metodológicas, mas parte formulando teorias e leis para a ação educativo-ambiental.

A Educação no seio da complexidade, frente à necessidade de mudança de paradigmas, investe na busca do que poderia denominar-se paradigma ambientalista porque somente com a união da vida, do sentimento e da ação é possível prover-se de alguns instrumentos conceituais e metodológicos que possam permitir aventurar hipóteses de trabalho capazes de suscitar, ao menos a reflexão e o debate. (SANTOS, 2008, p.62)

A Educação Ambiental lança como uma das propostas a respeito das conseqüências do consumismo, trabalhar com a escola, levando crianças, adolescentes e jovens a refletir sobre a importância de se produzir e de consumir o necessário para a manutenção da vida, pois se não garantirmos a preservação do planeta agora, no futuro não teremos mais espaço para viver considerando o lixo produzido pelo homem e seus impactos no ambiente.

Conclusão

O principal passo para se entender e diminuir o consumismo é tomando como parte o reconhecimento de que esse problema existe e atinge muitos brasileiros; outro passo importante é a sensibilização e a orientação dos membros da própria família a respeito dos males causados ao mundo de quem consome desmesuradamente. Outra alternativa possível para tentar reverter esse problema seria o

de valorizar o hábito de consertar ou mandar consertar certos produtos quando estes apresentam defeitos, pois dessa forma pode-se evitar comprar produtos novos, mantendo o que se tem e ainda economizando dinheiro, com isto há necessidade da formação e valorização de mão-de-obra qualificada.

Segundo Gabriela Cabral, da equipe Brasil Escola, as conseqüências ruins geradas pelos consumistas são: processos de alienação, exploração no trabalho, multiplicação de supérfluos (que contribuem para o processo de degradação das relações sociais e entre sociedades) e a onemania (que é um distúrbio caracterizado pela compulsão de gastar dinheiro). Além disso, o meio ambiente também sofre com este “mal do século”, pois o aumento desenfreado do consumo incentiva o desperdício e a grande quantidade de lixo.

Referências

- ARENDDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, 338p.
- CRUZ, Silvana Heloísa Ferreira. Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, Vol. IV ano 2008.
- LEFF, Enrique. **A Complexidade Ambiental**. Tradução de Eliete Wolf. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salette. (org.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Reimpressão 2004.
- MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio. 14ª ed. Bertrand Brasil. 2003.
- MORAES, A.C.R.; COSTA, W. M. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, João Zacarias Mar de. Resíduos Sólidos e Educação Ambiental numa perspectiva da Análise Geográfica. In: SANTOS, Elisabeth da Conceição. (Org.) **Geografia e Educação Ambiental: reflexos epistemológicos**. Manaus: Editora de Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A abordagem ambiental unifica as geografias? In: MENDONÇA, Francisco de Assis, Cicilian Luiza Lowen-Sahr, Márcia da Silva (Org.) **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.
- SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Transversalidade e Áreas Convencionais**. Manaus: Edições UEA/ Editora Valer, 2008.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física? Geografia ambiental? Ou geografia e ambiente? In: MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salette. (org.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Reimpressão 2004.